



II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

Caucaia, CE
Abril/2007

MEMÓRIA

II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

**Caucaia, CE
Abril/2007**

Equipe de Elaboração

Coordenação

Prof. Ms. Jeová Torres Silva Jr., Mestre em Administração (LIEGS/UFC Cariri)

Equipe de Relatoria

Angela Lima Calou, Graduanda em Filosofia (LIEGS/UFC Cariri)

Sarah Maria da S. Gonçalves, Graduanda em Administração (LIEGS/UFC Cariri)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	01
2. RELATO DO DIA 18 DE ABRIL DE 2007 (QUARTA-FEIRA)	03
3. RELATO DO DIA 19 DE ABRIL DE 2007 (QUINTA-FEIRA)	04
4. RELATO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2007 (SEXTA-FEIRA)	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
ANEXO A – ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS TEMÁTICOS	
ANEXO B – ORIENTAÇÕES, BANDEIRAS E ENCAMINHAMENTOS GERAIS	

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, memória, presta-se a expor os dados relevantes do *II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários*, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia – Ceará. Este evento representa a articulação dos bancos comunitários consolidados e em fase de implantação no território nacional, que se integram enquanto rede visando a um fortalecimento de suas ações. Revela-se, pois, de grande valor para a ampliação das discussões referentes a estas experiências comunitárias.

Neste II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, estiveram presentes 65 participantes. Fizeram-se presentes integrantes do Instituto Banco Palmas, dos Bancos Comunitários (implantados e em implantação) de 07 Estados brasileiros – Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul –, de diversas entidades de apoio aos Bancos Comunitários (CARE Brasil, Centro Interdisciplinar de Apoio ao Desenvolvimento e Gestão Social/Universidade Federal da Bahia, Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social/Universidade Federal do Ceará e Fórum Brasileiro de Economia Solidária), bem como representantes da Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE, Banco Popular do Brasil, Governo do Estado do Ceará e Prefeitura Municipal de Fortaleza.

O Encontro articulou-se em torno das principais temáticas que, atualmente, são discutidas entre os integrantes dos bancos e comunidades, quais sejam: conceituação de banco comunitário, marco legal, e parcerias com o Poder Público. Para que se possibilitasse a discussão de todos estes temas, o Evento seguiu a programação exposta no quadro 1 abaixo:

	MANHÃ	TARDE	NOITE
Quarta-feira (18 / 04)		- Chegada dos participantes	19h às 19h30min. - Abertura e apresentação dos participantes 19h 30min. às 22h - Apresentação do software livre Incluir-SIM
Quinta-feira (19 / 04)	8h às 11h - Panorama sobre os Bancos Comunitários no Brasil - Rápida retrospectiva - apresentação por estado, através da dinâmica “Mercado de Informações”. - Preenchimento do quadro: ações/produtos, dificuldades, resultados quantitativos e qualitativos, parceiros 11h às 12h30min. - Mesa de Diálogo com parceiros	13h30min às 15h30min Trabalho em grupos 16h às 18h Plenária com as reflexões e propostas dos grupos	19h às 21h - Exposição e debate sobre o Projeto de Lei da Deputada Luiza Erundina, sobre os Bancos Comunitários com o economista Idalvo Toscano

Sexta-feira (20 / 04)	<p>8h às 9h Moeda social - filme sobre as moedas no mundo</p> <p>9h às 11h - Exposição dialogada sobre o Marco Conceitual dos Bancos Comunitários com o Prof. Genauto França</p> <p>11h às 12h Termo de Referência – discussão e aprovação</p>	<p>14h às 14h30min. -Instrumentos criados pelos bancos comunitários (fichas, planilhas, metodologias e outros)</p> <p>14h30min às 18h Próximos Passos: Encaminhamentos das propostas e estratégias sugeridas durante o encontro.</p> <p>18 h ENCERRAMENTO</p>	<p>20h até o sol raiá - Passeio turístico em Fortaleza</p>
Sábado (20 / 04) OPCIONAL	<p>Visita ao Banco Palmas</p> <p>Visita Fortaleza</p>		

Quadro 1 – Programação do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Ademais, os bancos comunitários existentes ligam-se diretamente a parcerias públicas, imprescindíveis para a continuidade das ações destes empreendimentos. Essa aproximação revela uma das intenções da Rede Brasileira de Bancos Comunitários: tornar as experiências de bancos comunitários uma política pública para geração de trabalho e renda nas três esferas do Poder, o que asseguraria a expansão, além da captação de recursos. O marco legal, inexistente até o momento, constitui-se outro ponto que passará a ser discutido de forma mais ampla, uma vez que, se efetivado, implicará na consecução de recursos do orçamento federal, garantindo a continuidade de suas atividades.

Dessa forma, o II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários teve como objetivos expandir os principais temas que permeiam os bancos, bem como possibilitar a ampliação de parcerias entre estes e o Poder Público.

2. RELATO DO DIA 18 DE ABRIL DE 2007

2.1. Atividades

O Encontro começou com a apresentação dos presentes. Após esta sessão de acolhimento e aproximação, a sessão de abertura inicia-se com a apresentação do Software Incluir-Sim, projeto desenvolvido por um grupo de pesquisa da UFBA e pelo BANSOL. O Programa oferece um cadastro geral para que o processo de mapeamento da produção e consumo aconteça de maneira mais simples. A apresentação do programa foi realizada por Fabiana Marques, integrante do BANSOL, Leandro Nunes, do Colibre, e Luiz Rodrigo, da Onda Digital (ver *figura 1*).

Durante a exibição do Software, vários questionamentos foram feitos, como a necessidade de se refazer mapeamentos anteriormente realizados pelos bancos e a obrigatoriedade do uso do software. Concluiu-se que os mapeamentos não precisariam ser refeitos, porque o uso do programa não será uma obrigação, mas uma opção do banco comunitário. Foi sugerida também a criação de um sétimo grupo temático (atividade do dia 19/04) para discutir sobre o programa e a formulação dos quesitos que comporão o questionário base, grupo este cuja formação não se efetivou.



Figura 1 – Fabiana Marques apresentando o software Incluir-Sim

2.2. Principais Encaminhamentos

A criação de um sétimo grupo de trabalho para discutir durante o II Encontro, a viabilidade do Software Incluir-SIM e a formulação de seus quesitos.

3. RELATO DO DIA 19 DE ABRIL DE 2007

3.1. Atividades

Pela manhã, os trabalhos foram iniciados com uma apresentação dos Bancos Comunitários presentes. Os representantes destes de cada Estado participante ficaram responsáveis pela construção do Quadro Final do Balanço dos Bancos Comunitários no Brasil (ver [figura 2](#)). A dinâmica, intitulada “Mercado de Informações”, consistiu em reunir os bancos por estado para que indicassem as práticas, ações e demais dados gerais de cada um, para que fossem apreendidas pelos demais bancos, e assim poder estabelecer pontos em comum.



Figura 2 – Balanço dos Bancos Comunitários no Brasil

Nesta dinâmica, o que se buscava era um mapeamento geral da situação dos bancos comunitários implantados e em implantação no Brasil. Os aspectos que foram levados em consideração foram: ações (quais as principais atividades desenvolvidas pelos bancos comunitários – agrupados por estados da federação – até aquele momento); produtos (quais os produtos e serviços oferecidos pelos bancos); dificuldades (quais as barreiras mais relevantes que se apresentam para o desenvolvimento das experiências); resultados quantitativos (quais os principais resultados quantitativos obtidos desde o surgimento do projeto do banco); resultados qualitativos (quais os impactos qualitativos já alcançados por estes bancos comunitários) e parceiros (elenco das parcerias já estabelecidas entre os bancos e outras instituições). Os [quadros 2, e 3](#), nas páginas seguintes, expõem o produto final desta dinâmica na qual participaram os representantes dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

Após o término da construção do “Mercado de Informações”, iniciou-se a apresentação de representantes de instituições de apoio aos Bancos Comunitários que participavam do Encontro. Dentre as sugestões apresentadas por eles, encontra-se a inclusão do Relatório deste Encontro no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Apontou-se, também, a necessidade de criação de um espaço virtual para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários ou a criação de outros meios que não o virtual que venha a facilitar a comunicação.

MEMÓRIA DO II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

ESTADOS	BAHIA	CEARÁ	ESPIRITO SANTO
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões da comunicação pra divulgação • Participação em fóruns e redes de Economia Solidária • Expansão das atividades nas comunidades vizinhas • Capacitação em: viabilidade econômica e planejamento estratégico • Criação de instrumento de gestão: sistema de microcrédito, moeda social e cartão de credito • Desenvolvimento e metodologia para criação de novos empreendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de gestores dos bancos, produtores e consumidores • Reuniões mensais com todos os bancos dos estados • Seminários regionais com as famílias beneficiadas e apoio a cooperados • Articulação com a cooperação internacional • Participação em fóruns e redes de Economia Solidária • Audiência com o poder público para firmar parcerias 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na Rede Brasileira de Bancos Comunitários • Articulação com as Prefeituras Municipais e com empresas públicas e privadas • Participação no Fórum de Desenv. Comunitário e Grupo de Gestores • Participação no Fóruns DLIS e Conselhos municipais e estaduais • Participação em feiras estaduais e nacionais • Parceria com Programa de Microcrédito
PRODUTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda social circulante (lançada em maio/07) • Clube de trocas solidárias (em implementação.) • Catalogo dos comerciantes • Feiras solidárias • Sistema integrado de microcrédito • Curso orientado para credito 	<ul style="list-style-type: none"> • Correspondentes bancários • Cursos de agentes e gerentes de créditos • Moeda Social circulante e cartão de crédito popular • Cursos de capacitação profissional e escola de Economia Solidária • Capacitação de gestores e bancos, produtores e consumidores • Crédito produtivo para consumo 	<ul style="list-style-type: none"> • Moeda social circulante – Bem e Terra • Escola de Economia Solidária Linhas de créditos – produtivo, consumo e reforma de moradia • Incubação de empreendimentos solidários – 6 em Vitória, 3 em Vila Velha • Feira Local de Economia Solidária, Banco de profissioanais • Correspondente bancário – CEF
DIFICULDADES	<ul style="list-style-type: none"> • Limitação de recursos para oferta de credito • Condições de infra-estrutura locais precárias • Limitações operacionais (estrutura física e equipamentos) • Resistências culturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Limite da população local em compreender o significado de consumo solidário • Poucos recursos para capacitação e acompanhamento dos créditos concedidos • Poucos recursos para manutenção dos bancos (água, internet, funcionários) • Problemas com o correspondente bancário (sistema, equipamento) • Ausência de marco legal dificulta parcerias • Pouca circulação de moeda social, poucos recursos para consumo e crédito produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca verba pra divulgação de projeto • Aporte financeiro limitado • Garantir a sustentabilidade do banco • Garantir a manutenção da equipe de trabalho • Dificuldade do comerciante em circular a moeda • Limitação da pop local em compreender o significado de consumo solidário

MEMÓRIA DO II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

ESTADOS	BAHIA	CEARÁ	ESPIRITO SANTO
RESULTADOS QUANTITATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Créditos ofertados: Santa Luzia – aprox. 800 créditos; NE Amaralina – aprox. 91 famílias • 2 agentes de créditos, 2 assessores capacitados; • 4 feiras solidárias • 22 instrumentos de gestão criados 	<ul style="list-style-type: none"> • 40 agentes de credito capacitados • Credito produtivo R\$ 542 mil, beneficiando 3,0 mil famílias • Empreendimentos financiados – 2,7 mil • 30 feiras locais realizadas • Moeda social em circulação – R\$ 28 mil • Famílias totais beneficiadas 4 mil 	<ul style="list-style-type: none"> • 18 ações comunitárias mensais • 38 assessorias mensais a empreendimentos • 260 famílias atendidas – (população local: 119 mil hab.) • 4 agentes de crédito e 2 agentes de Economia Solidária • Postos de trabalho gerados ou mantidos – 255 (total de créditos 143 mil) • 148 pessoas atendidas nas ações das Escolas de Economia Solidária • Créditos concedidos – 103 de produção; 88 de consumo; 17 reforma moradia
RESULTADOS QUALITATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento: associativismo local, do sentimento de auto-estima, de pequenas iniciativas produtivas • Visão compartilhada do território • Reconhecimento do trabalho realizado pela associação e banco • Melhoria das condições de vida, através o aumento da circulação da renda na comunidade • Aumento do poder de consumo da população local 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior credibilidade da equipe da associação • Maior conhecimento da população local sem aspectos econômicos • Fortalecimento técnico da equipe da associação local • Maior participação da comunidade da associação local • Maior desenvolvimento das associações e cooperativas apoiadas • Maior articulação com o poder público 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior credibilidade frente aos parceiros • Organização comunitária • Promoção do desenvolvimento local e comunitario • Bairros sendo reconhecidos por suas boas ações • Dignidade as moradias • Geração de trabalho e renda
PARCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Rede Eco-Luzia • UFBA, Faculdade Rui Barbosa • Rede Brasileira de Bancos Comunitários • Colivre • Petrobrás • Empresa Jr. ADM - UFBA • Gov da Bahia, SEBRAE-BA 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Popular do Brasil • BNB • Org. Nacionais e internacionais • SENAES / PNMPO, TEM • Prefeituras, comércio local, produtores e comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Comuns: CST-Arcelor Brasil; CEF;ONG Moradia e Cidadania; SEBRAE-ES, Prefeituras municipais (Vila Velha e Vitória) • Comerciantes, ONGs, Entidades Religiosas, Empreendimentos solidários; • Banco Terra: BB, Faculdade Novo Milênio, COEP, CDI, Cittá Engenharia, FABAVI, SETADES • Banco Bem: Unimed Vitória, UFES, Brasil Foundation, Univix, Instituto Marista, AEC-Ass. de Educação Católica

Quadro 2 – Panorama dos Bancos Comunitários no Brasil (Bahia / Ceará / Espirito Santo)

MEMÓRIA DO II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

ESTADOS	PARAIBA	PIAUÍ	MARANHÃO	MATO GROSSO DO SUL
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Parceria com Rotary Club local para formação do NRDC (Núcleo Rotariano de Desenvolvimento Comunitário) • Articulação de entidades para formação de rede local • Segurança alimentar nas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de planejamento • Reunião com o poder público • Reunião com associações • Mapeamento do comércio • Participar em redes de bancos comunitários • Atração de parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento de Gestores • Reunião de articulação • Seminário e Oficina de planejamento • Reunião com unidade gestora • Mobilizar a comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de empreendedores • Administração das lojas solidárias • Apoio à feiras • Participação em redes e forums de Economia Solidária • Acompanhamento aos empreendimentos • Acompanhamento a legalização
PRODUTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento da consumo e produção local • NRDC BeiraRio, RECOMESSO (Rede de Entidades Comunitárias De Economia Solidária Comunitária) • CEDES (Centro de Estudos e Desenvolvimento de Economia Solidária) • 04 carteiras de créditos • 1º Seminário Economia Solidária Comunitária. • Moeda Social Circulante, Projeto COMSAL (Segurança Alimentar) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Jovem em Movimento • Fundo da União Européia • Jovem empreendedor • Correspondentes bancários 	<ul style="list-style-type: none"> • Sala, computadores, Telefone, internet • Marca, material publicitário • Marca do banco e da moeda • Cronograma de implantação 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartão de crédito • Moeda social • Finança solidária • Site • Lojas solidárias
DIFICULDADES	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de recursos institucionais para crédito produtivo e de consumo e com o pessoal voluntário • Limite da população local e outros segmentos sociais em compreender o consumo solidário • Projeto aprovado pela MDS e burocratizado pela UFPB 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos humanos • Domínio territorial • Casa Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> • Aluguel de espaço físico • Fundo para crédito • Demora na chegada de quiosques do correspondente bancário 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão e pratica do consumo solidário • Recurso limitado par o crédito • Imediatismo dos empreendedores • Recursos humanos liberados • Auto-sustentabilidade dos bancos

MEMÓRIA DO II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

ESTADOS	PARAIBA	PIAUI	MARANHAO	MATO GROSSO DO SUL
RESULTADOS QUANTITATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • 50 mil disponíveis pelo Empreender e 60 mil pelo projeto MDS/Incubes • 15 mil entidades sociais participando diretamente da RECOMESSO • 25 mil famílias inseridas em 4 grupos de produção (Limpeza, Higiene, Padaria e Bijuterias) • 150 pessoas (diversos comerciantes) integradas na rede Banco Palmas e Banco BeiraRio 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos disponíveis – R\$ 175 mil 	<ul style="list-style-type: none"> • 120 associações Quilombolas articuladas • 10 parceiros diretos 	<ul style="list-style-type: none"> • 237 financiamentos com mais de 1000 beneficiados • 120 empreendimentos na loja solidária • 400 pessoas capacitadas - “formando times” • 10 voluntárias acompanham os empreendimentos
RESULTADOS QUALITATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor organização do trabalho e mais sustentabilidade para estruturação/manutenção do BBR • Aquisição de recursos institucionais para crédito produtivo e de consumo e com o pessoal voluntário • Lideranças comunitárias empoderadas da filosofia dos Bancos comunitários • Maior credibilidade frente aos parceiros e fornecedores • Maior participação da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Expectativa das comunidades • Apoio do poder público 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de financiamento da produção • Organização interna dos quilombo • Acúmulo de conhecimento • Empoderamento dos quilombolas de Alcântara • Esperança e liberdade de sonhar 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão e prática do consumo solidário • Credibilidade dos doadores a parceiros • Compromisso com a construção de “outro mundo”
PARCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Bairro Manaíra; Bairro Chatuba (3 mil habit.); AMCA, Igreja São Pedro; Rotary Club e PRODEM • Bairro São José (12 mil hab.) • ONGs, MAM, Sou do bairro, Ponto de Cultura, Assembléia de Deus, Igreja São Pedro e S. Paulo 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinça MANDU – CARE Brasil, Instituto Hora Vida, UFPI, EMBRAPA • Casa Brasil • Câmaras dos Vereadores • Fundação Santa Ângela • Prefeituras • Fundação KELLOG • Banco Palmas 	<ul style="list-style-type: none"> • ABIT – Associação Brasileira da 3ª idade, STTR, SINTRAF • Banco Palmas • MABE – Movimento dos Atingidos pela Base Espacial • PPDLES – 10 agentes – 120 Associações Quilombolas • Associação das Mães de Alcântara • Colônia de pescadores MONTRA 	<ul style="list-style-type: none"> • Doadores anônimos • CICAFA • Missão Central Franciscana da Alemanha • Prefeitura Municipal • Câmara Municipal

Quadro 3 – Panorama dos Bancos Comunitários no Brasil (Paraíba / Piauí / Maranhão / Mato Grosso do Sul)



Figura 3 – Primeira Mesa de Diálogo do Encontro

Em seguida, no final da manhã, ocorreu a primeira Mesa de Diálogo do Encontro (ver *figura 3*) que foi composta pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará – Cid Gomes, o Presidente Interino do Banco Popular do Brasil – Frederico Queiroz, o representante da SENAES/MTE – Haroldo Mendonça, o Superintendente do Escritório Técnico de Estudos do Nordeste/BNB – José Sidrião Alencar, o Professor da UFBA – Genauto França Filho, e o Supervisor de Promoção de Trabalho e Renda/Prefeitura Municipal de Fortaleza – Zózimo Farias Filho. Essa sessão discutiu a importância dos Bancos Comunitários como mecanismo de combate à pobreza e de desenvolvimento dos territórios, e como estes empreendimentos reorganizam as economias locais. Foi reconhecida a importância das parcerias firmadas entre as instituições do Poder Público e os Bancos Comunitários, assim como a necessidade de ampliação das mesmas para que os empreendimentos solidários possam se consolidar enquanto instrumento de inclusão social. Nesta sessão, foi confirmado o apoio do Governo do Estado as experiências de Bancos Comunitários, inclusive, estabelecendo o investimento na implantação de novos bancos no Estado do Ceará.



Figura 4 – Apresentação dos resultados do ‘Mercado de Informações’

Dando prosseguimento ao Encontro, durante à tarde foi dada retomada à dinâmica “Mercado de Informações” iniciada no período da manhã, com a exposição dos bancos comunitários implantados acerca do panorama apresentado no quadro geral (ver *figura 4* na página anterior). Cada representante apresentou um esboço geral dos bancos de seu estado, expondo projetos desenvolvidos no interior destas organizações solidárias e as dificuldades enfrentadas na consecução dos objetivos da organização.

Ainda na tarde deste dia, iniciou-se os trabalhos com os Grupos Temáticos que iriam enfocar e debater temas-chaves para o presente e o futuro dos bancos comunitários. As temáticas foram apresentadas alguns dias antes do encontro para que os participantes já se orientassem em relação aos grupos que tomariam parte durante o encontro. Foram propostos os temas seguintes: 1) Correspondente Bancário e Formação/Capacitação; 2) Acesso ao crédito, formas de operação e controle social; 3) Sustentabilidade; 4) Participação/representação em Fóruns e Redes; 5) Moedas Sociais; 6) Forma de Organização da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Como dito anteriormente, foi sugerida a criação de um sétimo grupo para tratar sobre o Software Incluir-Sim, o que não ocorreu. Já as temáticas para os grupos 4 e 6 acabaram convertendo-se um único grupo em virtude do número de participantes inscritos nestes grupos ter sido inexpressivo (Ver os *Encaminhamentos dos Grupos Temáticos, no Anexo A* deste memorial).

Indo aos debates, tem-se que o Grupo 1 discutiu acerca da necessidade de ampliar a participação das instituições bancárias tradicionais, uma capacitação eficiente dos agentes de crédito, fornecer maior segurança aos correspondentes bancários, a necessidade de motivar a comunidade para que participe efetivamente do banco. O Grupo 2, por sua vez, trabalhou a idéia de que o crédito não consiste no fim último do banco comunitário; a concessão do serviço de crédito deve ser entendido como uma parceria entre a organização e o tomador, como um fenômeno de inclusão social. Já o Grupo 3, refletiu sobre os meios pelos quais os bancos devem buscar sua sustentabilidade, não apenas voltando-se para os aspectos econômicos, mas observando os fatores culturais, políticos, sociais, ambientais e de gestão, afirmando o caráter plural da sustentabilidade dos empreendimentos.

Conforme descrito antes, além do tema que lhe foi conferido, o Grupo 4 assumiu a proposta do Grupo 6, afirmando a necessidade de se elaborar documento que identifique os princípios da Rede e de organizá-la, através da designação de animadores estaduais e de um animador nacional, propondo que, no momento, esta última função seja ocupada pelo Palmas. Por último, o Grupo 5 refletiu acerca da conscientização da comunidade e dos empreendimentos no tocante à importância da moeda social para o consumo solidário, como também na elaboração de estratégias para divulgar a moeda na comunidade. Os encaminhamentos dos grupos temáticos poderão ser conferidos com mais detalhes no *Anexo A* desta memória do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

No período noturno deste dia 19 de abril, conforme a programação prevista, houve a exposição do Projeto de Lei elaborado pela Deputada Federal (PSB/SP) Luiza Erundina, proferida pelo economista Idalvo Toscano (ver *figura 05* na página seguinte), que estabelece a criação do Subsistema Nacional de Crédito Popular e Solidário. Este Subsistema se incorporaria ao Sistema Financeiro Nacional, regido pelo Banco Central do Brasil. O Subsistema Nacional de Crédito Popular e Solidário

seria composto pelo Conselho Nacional de Crédito e Desenvolvimento Solidários e pelos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário.

Segundo o Projeto, o Conselho seria responsável por regulamentar e definir os limites do crédito popular e dos serviços dos bancos populares. Dentre as discussões iniciadas, colocou-se a necessidade de se analisar o Projeto com mais profundidade, ampliar o campo de atuação do Conselho para não enfatizar apenas o crédito, mudar o nome do Conselho e do Subsistema para Sistema Nacional de Finanças Solidárias, os critérios para adentrar nesse sistema, as garantias, entre outros. Foi sugerida a criação de um grupo para discutir o Projeto de Lei com a participação de todos, por tratar-se de tema fundamental para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.



Figura 5 – Apresentação do Economista Idalvo Toscano

3.2. Principais Encaminhamentos

- I. Inclusão da Memória deste II Encontro no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
- II. Criação de um espaço virtual para a Rede Brasileira de Bancos Comunitários ou criação de outros meios que não o virtual, para facilitar a comunicação;
- III. Ampliar a participação das instituições bancárias tradicionais;
- IV. Elaborar documento que identifique os princípios da Rede Brasileira de Bancos Comunitários;
- V. Organizar a Rede através da designação de animadores estaduais e de um animador nacional, propondo-se que, no momento, esta última função seja ocupada pelo Instituto Palmas;
- VI. Analisar o Projeto de Lei para criação do Subsistema Nacional de Crédito Popular e Solidário com mais profundidade; criação de um grupo para discutir o Projeto de Lei com a participação de todos.

4. RELATO DO DIA 20 DE ABRIL DE 2007

4.1. Atividades

Como um dos trabalhos previstos para a manhã, estava a exibição do filme “*A Dupla Face da Moeda*”. Contudo, esta atividade foi cancelada por um filme falado em francês, não possuir legenda em português e se tornar difícil a tradução simultânea neste caso. Destarte, deu-se continuidade ao Encontro com a exposição dialogada sobre o Marco Conceitual dos Bancos Comunitários, com o Professor Genauto França Filho, do CIAGS/Universidade Federal da Bahia.

O diálogo iniciou-se com a noção da singularidade das práticas dos bancos comunitários. O Professor Genauto França Filho expôs que os aspectos que os distinguem de outros tipos de empreendimentos são a construção conjunta de oferta e da demanda e a hibridação de economias. Ele analisou também as formas pelas quais os bancos atuam em outro tipo de economia que não a de mercado. As principais conclusões foram de que os bancos comunitários não se diferenciam pelas necessidades que procuram atender, mas pelo modo como vão satisfazê-las, além da necessidade de se iniciar um processo de educação e construção de outros valores dentro da comunidade. Por fim, os participantes perceberam a importância da instituição de um marco legal para o reconhecimento dos bancos comunitários enquanto instrumento de atenuação das desigualdades sociais, fazendo com que os subsídios do Poder Público sejam garantidos.

Ainda pela manhã da sexta, iniciou a discussão e aprovação do Termo de Referência dos Bancos Comunitários, contido no livro *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma Rede Sob Controle da Comunidade*, editado no início de 2007, tendo como autores Joaquim de Melo Neto e Sandra Magalhães (Integrantes do Instituto Palmas). O primeiro item discutido e modificado abordava a conceituação de bancos comunitários: O **conceito** de Banco Comunitário, revendo o que pregava a p.7 daquele documento passa a ser: **“São serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”**.

Quanto às **características** dos bancos comunitários, o item 2 – também na p.7 do livro – foi modificado. Passando a ter o seguinte texto: Os bancos comunitários **“oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante”**. Já os objetivos dos bancos comunitários, expostos na p.8 da publicação sofreram modificação. Esta se tornou a nova redação para os **objetivos** dos bancos comunitários **“Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores”**.

Sobre as modalidades de **produtos e serviços** oferecidos, registraram-se duas modificações, na p.10 do livro. A primeira no item II, que passa a apontar que o banco comunitário tem como serviço, o **“crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros e/ou através de fundo solidário (como**

Banco Popular do Brasil CEF etc.)”. A segunda modificação, na mesma p.10, tratou da inclusão do item XII, trazendo como serviço do banco comunitário a oferta de “*crédito para habitação*”.

Ao final das discussões, outras duas questões foram apresentadas trazendo elementos essenciais para o marco de referência dos bancos comunitários. Primeiro, debateu-se a necessidade da confecção de texto sobre a sustentabilidade dos bancos comunitários, dada suas características singulares. A outra questão se referia a criação de item teorizando o crédito e as finanças solidárias. Essas questões não foram concretizadas neste Encontro, ficando como encaminhamento para outro encontro da rede.

Seguindo-se pelo período da tarde, ocorreu a palestra de apresentação do Banco Popular do Brasil-BPB com o Sr. Marcello Lopes Corrêa (ver *figura 6*), gerente de microcrédito da instituição. Ele expôs sobre o início do BPB, focado no setor operacional por perceber que o setor de baixa renda também podia gerar lucros. Em seguida, trabalhou o conceito de Rede de Atendimento e apresentou diferenças entre Correspondente Tradicional e o Correspondente Especializado, tipologia de atuação do BPB. Finalmente, apresentou, também, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado cujos recursos vem, através da parceria com o BPB, sendo repassados para vários Bancos Comunitários.



Figura 6 – Apresentação de Marcello Corrêa, Gerente de Microcrédito do BPB

Já caminhado para as ações de encerramento do Encontro, realizou-se a propositura de Encaminhamentos e Bandeiras a serem seguidos pelos bancos enquanto Rede (ver *Orientações, Bandeiras e Encaminhamentos, no Anexo B* deste memorial). Os principais encaminhamentos, versaram sobre a adição de item às características principais dos bancos comunitários no Termo de Referência, o acompanhamento dos empreendimentos solidários até o momento em que possam prover sua autogestão, os juros baseados na situação econômica do tomador, a criação de uma comissão para acompanhar a construção de Encontro sobre os Bancos em Teresina/PI, a urgência na elaboração e aprovação de uma Carta de Princípios da Rede, criação de uma Escola Nacional de Bancos Comunitários, e definição do questionário-base para o Software Incluir-Sim.

Outrossim, dentre as principais Bandeiras a serem assumidas pela Rede de Bancos Comunitários estão a contribuição na luta pelo Movimento de Economia Solidária; a construção do marco legal para os bancos comunitários; a consolidação e ampliação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários - através da captação de recursos e investimento destes nos bancos; a afirmação da sustentabilidade plural e os bancos como meio de desenvolvimento dos territórios na perspectiva da Economia Solidária; a promoção e praticar o consumo consciente; e a ampliação da circulação da moeda social nos territórios. As orientações gerais, bandeiras e encaminhamentos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários poderão ser conferidos com mais detalhes no Anexo B desta memória do II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Ao final do evento, que se deu no final deste terceiro dia, vários participantes manifestaram seus agradecimentos e o atendimento de suas expectativas com relação ao II Encontro, afirmando a Rede como uma forma de integração entre os diversos bancos comunitários do país.

4.2. Principais Encaminhamentos

- I. Instituição de um marco legal para o reconhecimento dos bancos comunitários;
- II. Modificações no Termo de Referência dos Bancos Comunitários, além da confecção de texto sobre a sustentabilidade dos bancos comunitários e criação de item teorizando o crédito e as finanças solidárias, a ser inserido neste Termo;
- III. Seguir o que prega as orientações, bandeiras e encaminhamentos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise, percebemos que a realização do *II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários* configurou-se em uma oportunidade ímpar de integração destes empreendimentos e afirmação dos mesmos enquanto instrumentos de desenvolvimento socioeconômico. Ademais, a participação de seus representantes em todas as discussões, seja nas palestras, nas dinâmicas ou mesa de diálogo, bem como, a exposição de suas ações durante o Evento, demonstra o compromisso e o desejo destes em prosseguir com as ações em desenvolvimento e de consolidarem os bancos comunitários enquanto Rede.

Dentre os compromissos assumidos, podemos destacar a necessidade de acompanhamento dos empreendimentos solidários, a manutenção dos juros justos, a elaboração e aprovação de uma Carta de Princípios da Rede, e a formulação do questionário para o Software Incluir-Sim. Os participantes se comprometeram em trabalhar para a construção do marco legal destas experiências, na afirmação da sustentabilidade plural dos bancos, e na consolidação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Como falhas do Encontro, apontamos a não criação do Grupo 7, que deveria trabalhar a viabilidade da implantação do Software Incluir-Sim, já que este tema gerou divergência entre os participantes e deveria ter sido mais discutido. Sobre a conceituação de bancos comunitários, esta questão poderia ter sido mais aprofundada, uma vez que foi dada maior evidência aos serviços, parcerias e outros temas. Uma outra falha que apontamos é a não criação de um grupo para trabalhar o tema do marco legal, como fora sugerido durante a palestra, pois o tema também gerou controvérsia entre os presentes e carecia de mais discussão. O Encontro é, sem dúvida, o fórum para discussões como estas e não se pode negligenciá-la ou resumir sua discussão a poucos e notáveis.

Por fim, acreditamos ter sido este Encontro um momento oportuno para se debater os tópicos relacionados aos bancos, como também a oportunidade de explicitar a necessidade de garantir as parcerias entre os bancos comunitários e as organizações governamentais e não-governamentais. Desta maneira, a articulação da Rede de Bancos Comunitários revela-se imprescindível no processo de consolidação dos bancos comunitários enquanto promotores de desenvolvimento socioeconômico de territórios.

**Anexo A –Encaminhamentos dos Grupos Temáticos do
II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários**

ANEXO A –ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS TEMÁTICO

I – Grupo 1: Correspondente Bancário e Formação/Capacitação

a) Propostas para Correspondentes Bancários

- Maior cobrança junto as Instituições Bancárias para manutenção dos equipamentos e serviços dos correspondentes bancários;
- Promover meios de dar segurança dos correspondentes bancários;
- Motivar a comunidade através das lideranças (formais e informais) com o objetivo de organizar a comunidade para que este se empodere e defenda seu patrimônio;
- Criar um fórum comunitário que decida as ações que serão executadas dentro do banco comunitário;
- O banco comunitário precisa ser auto-sustentável, portanto é preciso negociar com os atuais gestores melhores condições nos repasses relativos aos pagamentos de taxas e abertura de contas;
- Transformação do Instituto Palmas em “Gestor de Rede” promovendo a migração dos bancos em parceria com o Banco Popular do Brasil do atual para este provedor.

b) Reflexões sobre os Correspondentes Bancários:

- O grande diferencial do Banco Comunitário em relação aos bancos convencionais é realizar serviços bancários para uma comunidade desfavorecida, levando para esta serviços variados, propiciando uma relação de confiança e de proximidade dos clientes com o Banco Comunitário;
- O Banco Comunitário é capaz de transformar um simples “pagamento de conta” em uma ferramenta de transformação humana e social.

c) Reflexões e Propostas para Capacitação:

- A simples capacitação do empreendedor não é suficiente, é necessário um processo de acompanhamento durante um mínimo de 06 meses dos empreendimentos que recebem os créditos;
- Promover em alguns empreendimentos um processo de incubação até que este possa caminhar sozinho;
- Um bom exemplo de incubação é o desenvolvido pelo Banco BEM do Espírito Santo denominado “BEM Incubar”;
- Os processos de capacitação e incubação de empreendimentos devem ter a visão de uma sustentabilidade futura;
- A capacitação deve ter um viés voltado para a comercialização, que é hoje o grande gargalo dos empreendimentos solidários, promovendo a formação de redes de consumo e produção.

d) Propostas para Capacitação

- Capacitar os agentes de crédito com noções de gestão de micro empreendimentos para que estes possam melhor avaliar os empreendimentos que pretendem receber crédito e também dar sugestões para um melhor funcionamento do empreendimento;
- Um bom exemplo é o Curso de Consultores Comunitários promovido pelo banco Palmas;
- Formação da comunidade com relação a: conceitos da Economia Solidária, Consumo Solidário Consciente, importância da circulação da Moeda, importância do Banco Comunitário para a Comunidade, trabalhar questões de

ANEXO A –ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS TEMÁTICO

cidadania ativa, empoderamento da comunidade como forma de sustentabilidade.

II – Grupo 2: Acesso ao Crédito, Formas de Operação e Controle Social

a) Reflexões:

- Não se trata de fundo perdido, o crédito deve ser devolvido;
- Antes de tomar o crédito se faz necessário a formação – as pessoas não são clientes, mas parceiras;
- Não deve ser pré-determinado a quem repassar o crédito, cada caso deve ser analisado em particular com as reais possibilidades de retornar o dinheiro;
- Trata-se de um Banco Comunitário de Desenvolvimento e não Banco de Crédito. Às vezes é necessário elaborar projetos e buscar recursos em outra fonte em vista do desenvolvimento da comunidade;
- O crédito é sempre em rede – idéia de PRO-SUMIDOR - gerar sustentabilidade;
- Atuação nas capacidades locais;
- Juros diferenciados para créditos diferenciados é uma forma de buscar a equidade;
- Não se pode perder a referência “Inclusão Social”;
- Crédito é direito do cidadão, como direito quem tem que prover é o Estado – daí a necessidade de parcerias;
- O BCD deve valorizar os parceiros que solicitam crédito buscando uma resposta-proposta ao seu pedido, trazendo-o para a Rede;
- O Crédito não é fim, mas um meio para a formação da consciência coletiva, solidária;
- Critérios variados para a concessão de créditos (tempo de participação, associado ou não ao Banco, viabilidade sustentável do projeto, etc).

b) Propostas:

- Criação de um fórum de empreendedores para trabalhar a questão econômica de desenvolvimento local (acompanhar a questão da inadimplência dos parceiros (as), fiscalizar o banco, acesso ao crédito, reivindicar, etc);
- Para acesso ao crédito, ter participação social em qualquer instância.

III – Grupo 3: Sustentabilidade

a) Dinâmica:

- Conceito e dimensões da sustentabilidade - Genauto França Filho e Tatiana Reis (www.adm.ufba.br);
- Discussão sobre sustentabilidade a partir dos depoimentos: **O Que Um Banco Comunitário de Desenvolvimento Precisa para Ser Sustentável?**

b) Dimensão Econômica:

- diversificar os serviços do Banco
- viabilizar recursos financeiros para cobrir seus custos
- estratégia para acessar diversos tipos de recursos (economia pluralidade)

ANEXO A – ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS TEMÁTICO

c) Dimensão Gestão:

- difusão e sistematização
- capacitar pessoas
- aprendizagem
- planejamento
- estratégia para acessar diversos tipos de recursos (economia pluralidade)
- transparência das decisões (âmbito interno e externo)

d) Dimensão Sócio-Cultural:

- a comunidade deve sentir necessidade de ter um banco (processo endógeno)
- a comunidade deve se sentir “dona” do banco - empoderamento

e) Dimensão Sócio-Política:

- Governança
- articulação comunitária
- democracia interna
- cultura da participação
- mobilização política – articulação institucional
- transparência das decisões (âmbito interno e externo)
- marco legal

f) Com o intuito de estudar os diversos fatores que influenciam na sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária, foi necessário dividi-la em quatro dimensões de análise: econômica, social e política e gestão. Neste sentido, busca-se analisar a contribuição de cada dimensão para a sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. O conjunto de dimensões e indicadores compõe o quadro analítico.

DIMENSÃO	COMPONENTES	INDICADORES
Econômica	<i>Mercantil</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Venda produtos/serviços
	<i>Não mercantil</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Subsídios governamentais (nível institucional) • Subsídios não governamentais (nível institucional) • Doações monetárias (nível individual)
	<i>Não monetário</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho voluntário • Doações não monetárias • Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)
Social	<i>Construção do vínculo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Padrão de sociabilidade
	<i>Associativo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de coesão social
Política	<i>Nível interno</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de democracia interna • Grau de comprometimento
	<i>Nível institucional</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de ação pública • Nível de articulação em redes • Grau de autonomia institucional
Gestão	<i>Infra-estrutura</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso aos meios de produção • Acesso a tecnologias gerenciais • Acesso a espaço físico
	<i>Conhecimento</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Habilidade técnica • Habilidade gerencial • Formação geral (sócio-política)

ANEXO A –ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS TEMÁTICO

IV – Grupo 4: Participação/Representação em Fóruns e Redes e Forma de Organização da Rede Brasileira de Bancos Comunitários

a) Organização da Rede Brasileira de Bancos Comunitários:

- A rede já existe, e este encontro é prova disso: 60 pessoas vieram conseguindo suas passagens;
- Atores: a Rede é constituída por Bancos Comunitários. Tem alianças e parceiros, tais como assessorias e prefeituras, mas quem faz parte da Rede são os Bancos Comunitários.

b) Identidade:

- É necessário elaborar quais são os princípios que identificam os Bancos Comunitários, para ficar evidente qual é a identidade que nos liga.

c) Organicidade da Rede:

- Começar pelos estados: cada estado ter um animador estadual. Um BC onde já tem, ou uma referência para onde ainda não tem;
- Nível nacional: no futuro haverá uma coordenação a partir dos animadores estaduais. Por enquanto, propomos que o Palmas seja a representação nacional da Rede.

V – Grupo 5: Moeda Social

a) Situações atuais dos estados:

- Piauí: está em fase de inicialização do banco. Possuem lastro para o funcionamento da moeda;
- Bahia: em maio ocorrerá circulação da MOEDA SOCIAL, substituindo assim o cartão. Possuem o fundo de lastro. Petrobrás foi o financiador do recurso da moeda;
- Mato Grosso do Sul: está em fase de implantação. Possui lastro da moeda social;
- Fortaleza: todas as moedas em funcionamento, alguns com lastros outros com poucos recursos para o lastro da moeda social;
- Paraíba: não iniciou o sistema da moeda social, mas já tem a promessa de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) para o lastro da moeda social. Vai começar o sistema com 1.000 moedas circulando dentro da comunidade;
- Espírito Santo: tem moeda social em dois municípios.

b) Reflexões:

- A confiança da comunidade e empreendedores para mobilização da moeda;
- A base está nos comércios que, aceitando, a comunidade acaba confiando na moeda;
- A consciência do consumo solidário nas comunidades;
- A importância de se colocar mais empreendimentos utilizando a moeda social dentro das comunidades e a conscientização dos mesmos.

ANEXO A –ENCAMINHAMENTOS DOS GRUPOS TEMÁTICO

c) Solicitações:

- Piauí: realização de um grande encontro no mês de setembro em Teresina - PI com os governos federal, estadual, municipal para falar sobre Bancos Comunitários;
- Paraíba: linha de créditos para comerciantes de gêneros alimentícios;
- Ceará: programa de feiras solidárias para a introdução da MOEDA SOCIAL.

d) Estratégias para divulgação da moeda social:

- Radio comunitária;
- Muros;
- Carro de som;
- Descontos;
- Panfletagem;
- Todos os meios de ligações com a comunidade (associações, grupos organizados, igrejas e etc).

**Anexo B–Orientações, Bandeiras e Encaminhamentos do
II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários**

ANEXO B—ORIENTAÇÕES, BANDEIRAS E ENCAMINHAMENTOS

1. ORIENTAÇÕES AOS BANCOS COMUNITÁRIOS:

- Cada banco deve ter um fórum comunitário que decida as ações que serão executadas dentro do banco comunitário;
- Deve ser uma preocupação dos bancos comunitários a realização de atividades educativas junto aos empreendimentos solidários que solicitam crédito: devem ser parceiros, e não clientes;
- Flexibilizar as linhas de crédito e os critérios: cada caso deve ser analisado em particular com as reais possibilidades de retornar o dinheiro;
- Reforçar o objetivo de empoderamento das comunidades
- Investir na capacitação local para suprir a falta de pessoal qualificado nos bancos comunitários
- Estimular a elevação no nível de escolaridade da comunidade
- Devem ser temas prioritários de formação:
 - Comercialização;
 - Economia Solidária
 - Consumo Consciente
 - Importância da circulação da moeda
 - Importância do Banco Comunitário para a Comunidade
 - Trabalhar questões de cidadania ativa
 - Gestão de empreendimentos solidários
- Os bancos comunitários devem estimular a participação dos tomadores de crédito em atividades sociais, comunitárias, associativas, comerciais, em movimentos sociais, entre outros;

2. BANDEIRAS DEFENDIDAS:

I. Por um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, que, entre outras coisas, garanta o crédito como direito do cidadão;

- a) Encampar e contribuir com a luta do Movimento de Economia Solidária (no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e no Conselho Nacional de Economia Solidária)
- b) Contribuir com o debate da legislação (seguimento da conversa com Idalvo e outras propostas de lei)

II. Consolidar e ampliar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários;

- a) R\$ 6.000.000,00 para apoiar e fomentar os Bancos Comunitários até 2008
- b) R\$ 1.500.000,00 a ser captado para o repasse de crédito nos Bancos Comunitários até 2008
- c) 40 Bancos Comunitários consolidados e em pleno funcionamento nas 5 regiões do Brasil até 2008

ANEXO B—ORIENTAÇÕES, BANDEIRAS E ENCAMINHAMENTOS

III. Afirmar os Bancos Comunitários como estratégia de desenvolvimento local na perspectiva da Economia Solidária;

- a) Estratégia 1: Criar ou fortalecer espaços de diálogo dos atores em prol do desenvolvimento local (espaços públicos de proximidade), na área de atuação do Banco Comunitário.
- b) Estratégia 2: buscar relacionar esses espaços de diálogo com os fóruns e redes locais de Economia Solidária

IV. Afirmar a sustentabilidade plural dos bancos comunitários, em suas dimensões social, econômica, cultural, política, ambiental e de gestão;

- a) Estratégia 1: Buscar a sustentabilidade plural nas práticas dos bancos e promovê-la junto aos tomadores de crédito e comunidade em que estão inseridos
- b) Estratégia 2: construir indicadores de sustentabilidade que contemplem as 6 dimensões da sustentabilidade

V. Promover e praticar o Consumo Consciente, afirmando a dimensão do consumo local;

- a) Estratégia 1: Realização de atividades educativas junto às comunidades para conscientização no tema.
- b) Estratégia 2: Rede de Bancos Comunitários se engajar e apoiar na animação do movimento pelo consumo consciente, buscando inserir a dimensão do consumo local para dentro do movimento.

VI. Consolidar e ampliar a circulação da moeda social local.

3. ENCAMINHAMENTOS/PROPOSTAS ASSUMIDAS:

I. Adição de item nas características gerais do Termo de Referência:

- Os bancos comunitários atuam na incubação de empreendimentos solidários;

II. Capacitação:

- Os bancos comunitários devem acompanhar empreendimentos solidários que receberam crédito pelo tempo necessário a superar a necessidade que motivou a solicitação de crédito;

III. Crédito:

- Juros diferenciados para diferentes linhas de crédito, com base no princípio da equidade do crédito, dependendo da situação do tomador. Um exemplo é a utilização do mecanismo “créditos evolutivos com juros evolutivos”, entre outros;

IV. Agenda:

- A Rede Brasileira de Bancos Comunitários é favorável ao encontro sobre Bancos Comunitários de gestores públicos e parlamentares, que o governo do Piauí tem interesse em realizar, no mês de setembro/2007, em Teresina/PI
 - Comissão de aproximação ao Governo do Piauí para protagonizar a

ANEXO B—ORIENTAÇÕES, BANDEIRAS E ENCAMINHAMENTOS

construção do evento: João Martins, Victor, Luis Dantas, Joaquim Melo.

V. Organização da Rede Nacional de Bancos Comunitários:

- Sobre a composição/estrutura da Rede Nacional de Bancos Comunitários
 - Não estamos prontos para debater isso neste momento;
 - Qual a estratégia para pensar a composição e estrutura organizacional da Rede de Bancos Comunitários até o III Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários?
 - ✓ Estratégia 1: A composição/estrutura da Rede será um ponto de pauta do III Encontro.
 - ✓ Estratégia 2: Levar o debate para os Bancos Comunitários, para que tragam suas propostas no III Encontro;
 - ✓ Estratégia 3: Debate na lista de e-mails;
 - ✓ Estratégia 4: Orientação de que em cada estado busque-se a afirmação de animadores da Rede no estado;
 - A referência da Rede será assumida pelo Instituto Palmas até o III Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários.
- Identidade: Elaborar e aprovar uma Carta de Princípios da Rede Brasileira de Bancos Comunitários
 - Comissão de elaboração da Carta de Princípios: Joaquim Melo e Genauto França Filho.
- Criar um núcleo temático de formação (Horizonte: “Escola Nacional de Bancos Comunitários”), com as seguintes tarefas iniciais:
 - Pensar o desenho de estratégias de ação para chegarmos a uma Escola Nacional de Bancos Comunitários
 - Pensar cursos em nível nacional de formação de gestores / animadores de bancos comunitários: a/o “técnica/o de criação de bancos comunitários”. Definir os temas prioritários iniciais, como moeda social, sustentabilidade, etc...
 - Coletar e sistematizar as experiências de formação existentes de dentro da rede (banco de dados)
 - Articular-se com outras iniciativas no campo da formação e Economia Solidária (por exemplo, as Oficinas sobre Formação organizadas por FBES e SENAES)
 - Este núcleo será inicialmente composto por: Jeová Torres, Ósia Alexandrino, Sandra Magalhães, Luciano, Welito, Itamarcos, Leonora, Sarah Gonçalves, Ângela Calou.

VI. Incluir-Sim:

- A definição do questionário-base será feita pela lista de e-mails.

